

## **A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe**

### ***Examining globalisation from below: a study on ethnicity, entrepreneurship and class identity***

Manuel Abrantes\*

**Resumo** Este artigo pretende estabelecer uma ponte entre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e a literatura sobre classes globais emergentes. Em concordância com estudos anteriores, defende-se que é urgente colocar as narrativas pessoais e os processos de agência no coração do debate, procurando documentar a interação entre dinâmicas sistémicas de desigualdade e experiências em primeira mão. Com este intuito, apresenta-se uma análise exploratória de dados recolhidos sobre a experiência de imigrantes de origem brasileira na Holanda. Presta-se especial atenção aos relatos pessoais de integração e discriminação em contexto laboral, às perspetivas de desenvolvimento profissional e à reconfiguração da identidade de classe associada ao processo migratório. Argumenta-se que o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, a mobilidade de classe descendente e o empreendedorismo pode não só explicar a erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também oferecer sementes da sua reconstrução.

**Palavras-chave** migrações; etnicidade; empreendedorismo; classes sociais; sindicatos.

**Abstract** This article aims to establish a link between the position of ethnic minorities in the labour market and the scholarship on emergent global classes. Building on earlier studies, a claim is made to place personal narratives and sources of agency at the core of the debate. The goal is to document the interplay between systemic dynamics of inequality and first-hand experiences. Based on fieldwork data, an exploratory analysis of the experiences of Brazilian migrants in the Netherlands is presented. Particular attention is

\* SOCIUS: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações  
Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa  
{mabrantes@socius.iseg.utl.pt}

paid to personal accounts of integration and discrimination in the labour market, prospects of professional development, and the reconfiguration of class identity underlying the migratory process. It is argued that the bond between the urge of economic survival, downward class mobility and entrepreneurship may not only explain the erosion of class feelings among ethnic minorities, but also engender possibilities of their reconstruction.

**Keywords** migrations; ethnicity; entrepreneurship; social classes; trade unions.

## **A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe**

Manuel Abrantes

### **Introdução**

Nasceram no Brasil. Vivem hoje na Holanda. Trabalham majoritariamente no setor dos serviços, em áreas urbanas. Procuram o reconhecimento de cursos e experiências laborais que trazem da terra de origem. Têm de aceitar, muitas vezes, empregos que nunca teriam imaginado. Estabelecem redes de apoio, amizades, famílias. Lançam-se a novos projetos profissionais. Nesta história, a um só tempo intensamente individual e coletiva, há espaço para sentimentos de classe? Que sentimentos são esses e como condicionam o rumo dos acontecimentos?<sup>1</sup>

A posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e na estrutura de classe das sociedades ocidentais contemporâneas é um objeto de estudo consolidado (e. g. Castles e Kosack, 1972, 1985; Piore, 1979; De Genova, 2002; Borjas e Crisp, 2005; Massey, 2005). A corrente teórica do sistema-mundo deu um novo impulso ao debate, com a sua leitura do estado-nação e da própria metrópole enquanto projetos de opressão e resistência, produtores de implicações assinaláveis para a vivência das identidades de classe (Burawoy *et al.*, 1991; Wallerstein, 1999; Sassen, 2007, Wacquant, 2008). No terreno, sindicatos, organizações de imigrantes e outros coletivos empenhados no movimento social têm desenvolvido um número crescente de respostas às dinâmicas de migração e globalização, que lhes oferecem abundantes motivos de tensão e aliança (Penninx e Roosblad, 2000; Hyman, 2001; Waterman, 2001; Santos, 2002, 2006).

A investigação neste campo pode ser, ainda assim, criticada por subscrever uma visão frequentemente passiva das populações migrantes. Por seu lado, os estudos de caso com uma forte componente empírica nem sempre têm conseguido dialogar com a proposta teórica das classes globais emergentes. O presente artigo pretende dar um contributo para colmatar esta lacuna. Na primeira parte, convoca-se um conjunto de estudos relevantes, estabelecendo marcos teóricos que orientem o trabalho de campo. De seguida, apresenta-se uma análise exploratória de experiências de imigrantes de origem brasileira em cidades da Holanda. Os dados provêm de um projeto de investigação mais amplo que teve como objetivo apurar as oportunidades e os riscos com que se depara a população brasileira no mercado de trabalho desse país de destino. Embora o propósito específico do presente artigo leve a análise a concentrar-se nas entrevistas em profundidade que foram realizadas com quinze imigrantes, importa mencionar que o projeto incluiu também a examinação de estatísticas oficiais (em particular, relativas ao mercado de trabalho) e a consulta

de especialistas no terreno, entre os quais funcionárias/os de serviços consulares e ativistas de organizações não governamentais. A combinação de dados de diversas fontes foi decisiva para situar devidamente testemunhos e trajetórias de vida. O enquadramento geral e outros resultados do projeto podem ser consultados em publicações anteriores (Abrantes, 2011a; 2011b).

Neste texto, prestar-se-á especial atenção aos relatos pessoais de integração e discriminação em contexto laboral, às perspetivas de desenvolvimento profissional e à reconfiguração da identidade de classe associada ao processo migratório, argumentando que existe uma ligação íntima entre estes vários processos. Entre outras, as propostas de Alejandro Portes *et al.* (1995) sobre empreendedorismo e de Rhacel Salazar Parreñas (2001) sobre a vivência quotidiana das deslocações serão discutidas à luz dos dados examinados. Duas conclusões finais merecem destaque. A primeira é que uma análise adequada dos percursos de vida de imigrantes deve considerar tanto acontecimentos do passado como aspetos do futuro, ou seja, deve incorporar as perspetivas localizadas acerca do que virá a suceder e as suas noções de possibilidade. A segunda conclusão é que o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, o empreendedorismo e a mobilidade de classe descendente muitas vezes experimentada por imigrantes pode não só explicar a erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também oferecer sementes da sua reconstrução.

### **Do que falamos quando falamos de classes globais emergentes?**

Um dos contributos mais influentes no estudo da relação complexa entre migrações e classes nas sociedades ocidentais contemporâneas terá sido de Michael Piore (1979). Baseando-se na observação de que as economias industrializadas produzem duas categorias de empregos, das quais apenas uma oferece perspectivas consistentes de progressão salarial, aprendizagem, autonomia e segurança, este autor remete a explicação da concentração de imigrantes na segunda categoria para um misto de fatores económicos e sociais. Longe dos constrangimentos experimentados na terra de origem, a população imigrante tenderá a mover-se no mercado de trabalho segundo critérios mais pragmáticos e individualizados, pelo menos no período inicial, aproximando-se do modelo de ator racional privilegiado na teoria económica neoclássica (Piore, 1979: 54). É por isso mais reativa, isto é, mais vulnerável às idiosincrasias da oferta local de trabalho, enfrentando dificuldades acrescidas para adquirir as competências ou os capitais necessários à mobilidade ocupacional em mercados de trabalho dominados por um setor dos serviços severamente compartimentalizado (Piore e Sabel, 1984).

Na perspetiva de Stephen Castles e Godula Kosack (1972, 1985), a vulnerabilidade imigrante deve-se menos a particularidades da segmentação de emprego no setor

dos serviços do que a um mecanismo estrutural, bastante mais tradicional, de redução dos custos de trabalho. De facto, as populações imigrantes já conheciam condições de trabalho desfavoráveis antes da expansão do setor dos serviços ou das políticas de pleno emprego que marcaram as décadas centrais do século XX (Esping-Andersen *et al.*, 1993; Sassen, 1999; Castles e Miller, 2003). O traço específico do sistema de relações industriais fordista-keynesiano consistiu na conquista de benefícios assinaláveis por parte da classe trabalhadora, que contribuiu para estimular o recrutamento de mão-de-obra estrangeira com menores direitos. Para isto é crucial um quadro regulador que exclua a população estrangeira de certos direitos consagrados à população nativa. Embora se tenham esbatido algumas das assimetrias de épocas passadas, de que são exemplo os programas de recrutamento extraordinário adotados em períodos de crescimento económico e escassez de mão-de-obra, diversas pressões no sentido contrário decorrem da combinação entre pressão salarial, risco de perda da cidadania e economia informal. Os estados retêm, assim, a faculdade de regular as aspirações da classe trabalhadora nativa e exportar desemprego quando necessário através das políticas de fronteiras.

Estudos recentes sugerem que, sob as pressões da flexibilização laboral, a fração da população sujeita a dinâmicas de insegurança, descontinuidade e informalidade no mercado de trabalho tem aumentado (Hochschild, 2000; Warhurst e Nickson, 2001; Schmid e Schömann, 2004; Supiot, 2010). Nesta ótica, é possível que o processo de “brasileirização do ocidente” proposto por Ulrich Beck em 2000 tenha conquistado terreno desde então. Beck defende que, apesar da noção generalizada de que a Europa estaria a definir os padrões para as práticas a implementar no resto do globo, no campo do emprego poderá estar a suceder justamente o inverso. Importa recordar, contudo, que as condições de trabalho e a própria identidade de classe prendem-se com muito mais do que apenas a segurança de emprego. Ambientes de trabalho, escalões remuneratórios e perspectivas de aprendizagem são alguns exemplos. Face aos esforços públicos na promoção da educação e de um mercado de trabalho orientado para o mérito, a individualidade e a empregabilidade, poderemos estar a falar tanto de uma transformação profunda como de um reforço de elementos tradicionais de diferenciação assentes no género, na classe e na etnicidade (Pinto e Pereira, 2008; Casaca e Peixoto, 2010; Abrantes, 2012).

A investigação na área prolífica da economia das migrações oferece uma abordagem distinta à situação da população trabalhadora imigrante. Em particular, George Borjas e Jeff Crisp (2005) enquadram a sua vulnerabilidade numa correspondência imperfeita entre as competências e os conhecimentos de imigrantes e as necessidades económicas da região de destino. Segundo estes autores, há uma negociação necessária, nos contextos empíricos, entre os laços com a cultura de origem e os atributos valorizados no mercado de trabalho de acolhimento, entre os quais a língua e a linguagem, a área de residência, ou as normas gerais de comportamento. A integração económica e a integração cultural apresentam,

nesta visão, uma forte interdependência, sugerindo que as redes pessoais poderão constituir quer uma rede de proteção, quer um constrangimento à progressão no mercado de trabalho. Uma vez mais, a aquisição e o reconhecimento de qualificações emergem como mecanismos cruciais na análise do desempenho profissional.

A corrente teórica do sistema-mundo contém críticas ferozes a estas múltiplas abordagens. Em larga medida, é necessário considerar com atenção os estudos citados até ao momento para entender como deles se distancia a proposta das classes globais emergentes. O trabalho de Alejandro Portes *et al.* (1995) questiona, desde logo, as conceções da sociedade de acolhimento como um contínuo no qual a integração económica ocorrerá através de uma troca de capital humano por competências em falta. Não se trata primordialmente de saber quão integrada está a população imigrante, mas sim em que segmento da sociedade de acolhimento se integra – e, claro está, qual o grau de porosidade entre os segmentos existentes. Os usos do capital social merecem reposição no coração do debate sobre etnicidade, identidade de classe e empreendedorismo (Portes, 1995). Note-se, primeiro, a concentração de determinados grupos étnicos em certas categorias profissionais. Segundo, a própria diversidade de modos de integração, conforme o foco de análise recaia sobre as políticas governamentais, a sociedade civil e a opinião pública, ou as comunidades étnicas. Talvez mais importante, Bryan Roberts (1995: 75-6) argumenta que só uma análise cuidadosa das expectativas e das perceções temporais permitirá discernir com adequação as determinantes socioestruturais do sucesso e do fracasso entre a população imigrante. Além de uma distinção dinâmica entre migração temporária e permanente, é necessário considerar que a mobilidade de grupo está alicerçada em projetos familiares e comunitários. Ao privilegiar as questões de cidadania e pertença a comunidades étnicas, esta perspetiva negligencia ainda assim as questões de pertença à classe trabalhadora ou às comunidades profissionais. Como se verá adiante, é explorando este segundo trilho que o presente artigo procura justamente complementar o debate.

Têm sido documentadas as múltiplas ligações entre a posição difusa da população imigrante na estrutura de classe e a neutralização das fronteiras à circulação de capital e comércio (Reich, 1991; Sassen, 1998, 1999; Wallerstein, 1999). Se as economias nacionais, entendidas convencionalmente como unidades autónomas nas quais a população imigrante se integra e entre as quais se move, existem reconhecidamente de modo entrelaçado e interdependente, a atenção deverá voltar-se para as dinâmicas globais do mercado de trabalho. Saskia Sassen (2007: 98-9) defende que a compreensão de tais dinâmicas, ao invés de se opor à análise das dimensões locais e produtivas, requer justamente a recuperação destas, pois só assim será possível entender a multiplicidade de economias e de culturas de trabalho nas quais está incrustada a globalização contemporânea. De um ponto de vista mais amplo, a questão é se, de facto, as transformações associadas ao pós-industrialismo e ao pós-fordismo conduzem e sinalizam a desintegração da estrutura

de classe e a expansão de estilos de vida fragmentados, identitários, *desclassizados*. A resposta dependerá da noção de classe que for adotada, podendo esta basear-se em dinâmicas de dominação e monopolização de recursos ou na localização da população trabalhadora na estrutura produtiva. A este respeito, é assinalável a consolidação de uma distribuição seletiva de direitos no seio da própria população imigrante, em favor de alguns grupos de profissionais com altas qualificações que desfrutam de maior facilidade para adquirir uma permissão de residência e trabalho no estado de destino (Miles e Satzewich, 1990; Abrantes, 2011b). Retomando a terminologia de Sassen, as metrópoles urbanas assumem uma posição destacada na nova geografia transnacional, justificando que se questione se são também o espaço para novas formas e escalas de desigualdade, bem como de ação política por parte de grupos privilegiados ou desprivilegiados. Em síntese, as classes globais podem entender-se como formações coletivas emergentes que têm por alicerce a partilha de uma posição perante a distribuição de recursos e de poder à escala planetária. Permanece oportuna a distinção entre aspetos objetivos e subjetivos do fenómeno, aspetos que, por sua vez, vão sofrendo transformações assinaláveis de volume e de significado: falamos de propriedade, de qualificações, de autonomia, mas também de comportamentos, de culturas, de consciências (Costa, 2012). As classes globais germinam quer a partir de identidades mais tradicionais de classe (tipicamente, de matriz nacional), quer em rutura com as mesmas. Assim, estes diversos sentimentos de classe – ou seja, a sua erosão e a sua sedimentação – não devem ser encarados como polos em inevitável oposição, mas, pelo contrário, como fenómenos que se entrelaçam num diálogo constante.

Ocupado com questões de ação política, Boaventura de Sousa Santos (2002, 2006) refere-se à produção contra-hegemónica ou subordinada de globalização para descrever a aspiração de grupos oprimidos a formas efetivas de organização e resistência. Num texto anterior, Peter Waterman (2001: 183, 209) salienta o esgotamento do movimento sindical tradicional e a irrelevância crescente das estratégias clássicas de esquerda. Já Bernhard Ebbinghaus e Jelle Visser (2000: 62), com base num estudo comparativo do sindicalismo em quinze países da Europa ocidental durante a segunda metade do século XX, concluem que a marginalização da população imigrante – e, a outro nível, das mulheres – nos movimentos de classe esteve ligada à ideia inicial de que a sua presença no mercado de trabalho seria temporária ou limitada à duração das recessões económicas. Em contrapartida, a adoção de políticas inclusivas por parte dos estados e a intervenção das organizações representativas de imigrantes têm influenciado a emergência e a configuração das questões étnicas no seio dos sindicatos (Penninx e Roosblad, 2000; Hyman, 2001; Kolarova e Peixoto, 2009). É observável uma tendência internacional para a maior sensibilidade e inclusão desde a década de 1960, embora a correspondência efetiva entre discurso e ação continue a exigir questionamento empírico.

Assim, um dos objetivos do projeto de investigação que sustenta este artigo consistiu em abordar categorias basilares como etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe nas suas manifestações empíricas. Esta tarefa significa, com frequência, mergulhar na penumbra que se produz em redor da luminosidade teórica que tais categorias tipicamente irradiam (Sassen, 2005: 401). Significa, também, fazer recair a ênfase metodológica e epistemológica em narrativas de marginalidade, respondendo à urgência de sustentar análises da globalização na documentação das vivências quotidianas (Gunewardena e Kingsolver, 2007: 15). Se certos grupos étnicos mostram diferentes inclinações e opções no que toca à mobilização coletiva, tal poderá estar intimamente ligado a elementos de discriminação, segmentação social e estigma (Song, 2003). Uma orientação metodológica de proximidade e a adoção de ferramentas qualitativas permitem averiguar em igual medida vivências e perceções, requisito fundamental no caso presente. Adicionalmente, a compreensão da fase migratória atual requer o estudo das mudanças complexas que estão a ocorrer, em simultâneo, nos processos de imigração, nas construções ideológicas destes processos e no significado subjetivo que os mesmos tomam para quem migra (Sassen, 2007: 163). Só assim poderemos almejar a conhecer de mais perto o elo interativo entre dinâmicas sistémicas e experiências quotidianas, entre processos transnacionais e vivências localizadas (Burawoy, 1998).

### **Migração e mobilidade de classe: contextos empíricos**

Após obter o diploma universitário em relações públicas e trabalhar durante dez anos numa produtora de televisão no estado de São Paulo, Rita viu-se confrontada com outro tipo de perspetivas laborais em Amesterdão. Quando migrou, tinha 31 anos e uma noção muito vaga do que poderia vir a fazer para ganhar a vida. Durante os primeiros dois anos de estadia, tomou conta das crianças de um casal brasileiro que conheceu através da sua rede pessoal de contactos. Depois, uma amiga de nacionalidade jugoslava ajudou-a a obter emprego na limpeza de um hotel. Nesta atividade, combinava horas de trabalho declaradas e horas de trabalho indeclaradas de acordo com as instruções do empregador. Aí trabalhou durante três anos, tendo sido entretanto promovida a supervisora das demais trabalhadoras de limpeza.

*“Peguei essa chefia, mas eu não sou de chefia, eu não gosto. Não gosto de mandar, não gosto de falar para ninguém fazer. Eu acho que falar uma vez, aí eu ter que falar uma segunda e terceira, eu não gosto, aí eu já faço! Porque eu prefiro trabalhar em harmonia do que ter de ficar... Eu acho que ninguém precisa de chefe, acho que a gente, se faz, vê o que é preciso fazer.” (Rita)*

Trabalhou os cinco anos seguintes como barista num estabelecimento comercial que pertencia ao mesmo homem que o hotel. De novo, acabou por sentir-se desvalorizada e desrespeitada pelos superiores hierárquicos. Hoje trabalha por conta própria como



prestadora de cuidados a crianças. A sua residência pessoal está certificada pelo sistema holandês de cuidados a crianças, o que significa que cumpre as normas de segurança e que a clientela pode deduzir nos impostos o montante gasto pelo seu serviço. Os pais e as mães das sete crianças que neste momento acolhe com regularidade diária são de diversas nacionalidades.

Naída também estava nos seus trintas quando se instalou em Roterdão. Em São Paulo, tinha logrado alcançar o cargo de editora numa revista de moda. O primeiro emprego que encontrou na Holanda foi como assistente pessoal de um executivo, remunerada ao dia. Depois, trabalhou a tempo inteiro em várias lojas de vestuário, experiências intervaladas por longos períodos de desemprego, especialmente depois de casar e ter um filho. O testemunho de Naída é tão vívido e pungente que justifica apresentar um excerto mais longo do que é tipicamente praticado nos textos científicos. Aqui, como voltará a suceder adiante, importa atentar ao discurso corrido, ao encadeamento espontâneo de assuntos e à própria linguagem utilizada. Acrescente-se que todas as entrevistas de campo foram conduzidas em português, embora abundem as ocasiões em que as pessoas entrevistadas recorrem a termos em inglês ou holandês; isto acontece sobretudo no caso de termos relacionados com experiências que a pessoa não teve antes de migrar.

*“Foi um choque para mim. Porque eu acho que eu tinha uma ideia romântica do trabalho operário, para ser muito sincera. «Ah não, mas vai ser interessante também...» Eu acho que no Brasil, bem ou mal, a gente fica... Eu venho de uma classe média-alta, nem tão rica, mas de um nível intelectual alto. Então, todos os meus amigos têm um certo padrão intelectual, acesso a coisas, ou enfim... Eu circulava lá num meio cultural muito forte, até por conta de ser um grupo de jornalistas, de artistas, eram músicos, esse era o grupo de amigos que eu tinha lá. Ou então economistas. Mas sempre um certo padrão assim mínimo de... de educação formal. Então, de repente eu me vi nessa situação, indo trabalhar de vendedora de loja, né?, até queria ter essa experiência... Eu acho que eu fiz uma certa fantasia sobre isso, uma coisa assim: ah, um contacto com um mundo que eu não conheço [...] vai ser interessante, vou entrar em contacto com um outro grupo de pessoas: vamos conhecer a sociedade. E aí foi brutal. Porque eu cheguei lá, primeiro dia eu passei o dia botando alarme em roupa. Saí com uma bolha no dedo, sabe? E aí eu comecei a ver que, fisicamente... meu braço tava doendo... fisicamente já não estou preparada para o trabalho, né? Depois, a língua, o meu holandês era bem fraco – para essa situação: falar rápido, reagir rápido, falar palavras que eu nunca tinha usado, cabide, prateleira, umas coisas assim, uns detalhes técnicos ali da loja. E a outra coisa que eu senti logo de caras... foi muito louco... porque logo no segundo, terceiro dia que eu estava lá, pegaram uma pessoa roubando na loja. Um cliente. O que depois eu vim a perceber que acontecia muito!” (Naída)*

A ampla experiência que Naída foi recolhendo em processos de recrutamento levou-a inclusivamente a remover do curriculum vitae que apresenta ao candidatar-se os feitos de que mais se orgulha, nomeadamente as duas licenciaturas (filosofia e design de moda) e o trabalho de capas de revista. Para Fábio, a dificuldade de ver as suas competências reconhecidas assume uma manifestação distinta. Dentista com consultório próprio e professor de biologia no estado de Santa Catarina, Fábio ingressou de novo no ensino superior em Amesterdão para “recuperar” o diploma, uma vez que as autoridades de saúde holandesas não o validaram. As reprovações consecutivas na unidade curricular do curso que exigia conhecimentos mais extensivos de língua holandesa, num período em que Fábio já trabalhava como assistente de dentista numa clínica, levaram-no a averedar pelo curso de higienista, que completou ao fim de um ano. Também Christiane viu os seus diplomas rejeitados pelas autoridades holandesas após estudar durante nove anos e trabalhar durante vinte como médica e homeopata em Porto Alegre. Uma vez que a homeopatia não é reconhecida como especialização médica na Holanda, a certificação que possui da Associação Holandesa de Homeopatas permite-lhe trabalhar neste ramo por conta própria.

No entanto, não é preciso ter diplomas universitários para conhecer o sabor amargo da desvalorização profissional. Tendo completado um curso técnico de contabilidade ao nível da escola secundária, Tomás trabalhou em diversos estabelecimentos de restauração em Belo Horizonte. A experiência e os cargos de responsabilidade acrescida que foi acumulando não lhe serviram de muito quando, aos 31 anos, começou a procurar trabalho na Holanda. Passou pelos serviços domésticos, pela construção civil e pela limpeza de estabelecimentos comerciais. Em todos os casos, as redes sociais e as relações de confiança foram centrais para a obtenção do emprego. Sem intermediários institucionais, Tomás está satisfeito com o facto de poder gerir a sua própria agenda de trabalho, que abrange a limpeza de uma dezena de estabelecimentos comerciais e domicílios particulares, com regularidade diversa. O facto de ainda não ter conseguido regularizar a sua situação – reside na Holanda há dez anos, tendo sido deportado duas vezes – veda-lhe o acesso a postos de trabalho mais estimulantes e mais consonantes com o seu gosto por tarefas que envolvam a interação cara a cara.

Se é verdade que muitas e muitos imigrantes conhecem trajetórias de mobilidade de classe descendente, será precipitado assumirmos uma visão homogénea e normativa do fenómeno. Por um lado, há que considerar os benefícios pessoais que derivam com frequência do processo migratório, tais como o aumento da remuneração e a melhoria de outras condições de vida, nomeadamente devido a uma estrutura alargada de serviços públicos (pense-se por exemplo nas áreas da educação, da saúde e da segurança pública) e a circunstâncias mais favoráveis à liberdade e à autonomia pessoal, com especial visibilidade, por exemplo, no caso de mulheres ou de pessoas homossexuais. Em larga medida, estamos ainda no campo da “mobilidade de classe contraditória”, como propõe Parreñas (2001: 195)

no seu estudo sobre os percursos de imigrantes filipinas. Considerando os conflitos morais e socioeconómicos que permeiam o setor do trabalho doméstico remunerado (Anderson, 2000; Ehrenreich e Hochschild, 2002; Lutz, 2008; Näre, 2012), não é de estranhar que a visão de Parreñas, ao centrar-se nesse ramo de atividade, dê particular proeminência às experiências de sofrimento e opressão. Por outro lado, importa atentar a cambiantes deste processo que, porventura mais regulares do que à partida poderíamos julgar, permanecem difusos na literatura académica.

Três aspetos merecem destaque. Um deles é que, sem prejuízo da persistência da sobrequalificação na distribuição ocupacional da população imigrante, é fundamental examinar também as dinâmicas de imigração em cargos altamente qualificados e remunerados (Sassen, 2007; Peixoto, 2008). Estas podem inscrever-se em mercados internos de organizações privadas, como acontece no caso de Paulo. Formado em ciências da computação, trabalha como consultor – *solution architect* é o nome do cargo – numa companhia internacional de *software*. A sua preferência teria sido Barcelona; a companhia colocou-o em Amesterdão, de onde parte frequentemente para visitar empresas-clientes em Budapeste, Viena ou Riad. O salário que auferé é suficientemente elevado para que as autoridades holandesas o reconheçam como imigrante qualificado, estatuto que simplifica de forma decisiva a obtenção de permissão de residência (Abrantes, 2011b). Permite-lhe também pagar a renda do seu apartamento no cobiçado centro de Amesterdão, que é limpo semanalmente por uma trabalhadora doméstica oriunda, também ela, do Brasil.

*“Eu acho que assim crescendo com 3 línguas e viajando bastante, e estudando de um jeito diferente das outras pessoas na escola, eu requeri um certo nível de profissionalismo que me deu uma vantagem em conseguir esse emprego. Muitas vezes, até hoje, trabalhando com as pessoas com quem eu trabalho e dando apresentações para CEOs do [um banco internacional] e outros grandes bancos, no meio da apresentação eu me encontro pensando assim: «Se esse cara soubesse que eu tenho 25 anos de idade, se ele soubesse o que é que eu faço ao final-de-semana, ele nunca escutaria o que eu tenho para falar!...» Então, é uma área de trabalho que requer bastante profissionalismo para que as pessoas confiam no que você tem que falar. [...] É, desde o primeiro dia que eu comecei esse negócio de viajar, de não ter uma mesa fixa onde eu trabalho, não é, todo o mundo sempre falou: «Ó, curte isso, curte bastante, porque daqui a uns anos você vai cansar, todo o mundo cansa.» Eles me deram 5 anos, para falar verdade... Eu sempre falei assim: «Never! Eu vou estar assim por muito tempo, estou curtindo, sou jovem, tenho um certo pique que outras pessoas não têm; eu vou ter 40 anos e vou estar fazendo isso!» Sempre achei isso. [...] eu sempre disse que... acho que funciona melhor em inglês: I'm just gonna keep going until something gives in or somebody gives out. Ou seja, eu vou continuar fazendo ou até eu me cansar, ou até alguém me dar uma oportunidade melhor.” (Paulo)*

Numa perspectiva mais ampla, torna-se evidente que estamos perante modalidades diversas de um mesmo fenómeno, justamente aquele que Sassen (2007: 98-9) define como a nova geografia transnacional da centralidade económica. Esta abrange setores de atividade inamovíveis tais como os serviços domésticos, as prestações de cuidados ou a construção civil, do mesmo modo que abrange os sistemas corporativos transfronteiriços. Paulo tem uma noção clara do seu privilégio face a muitos dos compatriotas com quem partilha a cidade global onde vive. Integra uma nova classe de profissionais que se define menos pela posse dos meios de produção do que pelo seu controlo (Sassen, 2007: 175). Para Paulo, migrar não implicou uma perda de posição no mercado de trabalho, bem pelo contrário. Porém, poderá ver-se obrigado a migrar de novo no futuro próximo para preservar o que já conquistou.

O segundo aspeto a destacar diz respeito à relação que as pessoas desenvolveram com diversas instituições públicas e privadas antes de migrar. Esta relação pode constituir, aliás, um elemento determinante na motivação para iniciar o processo migratório. A produtora de televisão na qual Rita trabalhava impôs-lhe o despedimento com indemnização no âmbito de um processo de *downsizing* em 1997. Tomás, João, Maurício e Alexandra migraram após uma década de trabalhos precários e mal remunerados no setor dos serviços. Beatriz e Fábio também conheciam a precariedade de perto nas suas respetivas áreas profissionais (investigação académica e serviços privados de saúde). Rafael, indocumentado há dois anos na Holanda, nunca teve um vínculo contratual enquanto trabalhou no Rio de Janeiro como motorista ou pintor na construção civil. Deste modo, é com naturalidade que se constata que nem sempre a mobilidade de classe descendente atrás referida é experimentada com angústia. Embora os contextos de trabalho na região de destino fiquem muitas vezes aquém das expectativas pessoais, o mesmo não implica necessariamente que fiquem aquém dos percursos efetivos na região de origem. Desta observação emerge uma ponte possível para a mobilização de classe entre a população imigrante: os regimes globais de flexibilidade laboral parecem uniformizar, de modo significativo, as diversas etapas do processo migratório (Esping-Andersen, 1993; Hochschild, 2000; Lutz, 2002; Supiot, 2010).

Por fim, importa assinalar que tanto a diferenciação de estatutos legais e socioeconómicos como o impacto alargado das políticas neoliberais produz consequências específicas para a trama de relações no seio da população trabalhadora. Neste domínio, a pesquisa de campo documentada na presente comunicação sugere que se examine com particular atenção a relação desenvolvida – a nível prático e discursivo – por imigrantes com respetivas e respetivos colegas. Entenda-se colegas num sentido geral, podendo abarcar as pessoas com quem partilhamos o local de trabalho independentemente das funções que cada uma desempenha, assim como as pessoas com quem partilhamos a profissão, considerada a partir das nossas funções atuais, da nossa formação educativa, ou de experiências de trabalho mais intensas que tivemos no passado. Estes vários sentidos da expressão podem entrar

em conflito, particularmente no caso de imigrantes que, conforme atestam várias das histórias de vida já mencionadas, conheceram com relativa fluidez a deslocação para áreas de emprego ou de formação diferentes daquelas que até então reconheciam como as suas. Joga-se, então, um desafio fulcral entre a identidade que a pessoa traz como trabalhadora e a situação laboral em que se encontra presentemente. Ou, poderá mesmo dizer-se, entre a narrativa autobiográfica construída até ao momento e as perspetivas de futuro – desafio que pode ser reconhecidamente chocante, como sucede com Naída, ou com Sara.

*“Saí do top, top, top da elite do Brasil e vim trabalhar em fábrica. [...] Aí é que eu percebi que, wow, eu saí de uma estrutura protegida e vim cair aqui... quer dizer, aqui você é allochtoon [estrangeiro], aqui você não é nada. Então é, teve esse aspeto. Mas eu não sabia que ia ter, eu não escolhi.” (Sara)*

As relações desenvolvidas com a comunidade de colegas no local de trabalho e com a comunidade profissional a que se sente pertencer, quando ambas as comunidades existem, podem salvar vidas; podem também destruí-las. Estão ainda intimamente ligadas a tentativas possíveis de criação de emprego próprio. O empreendedorismo tem sido documentado como forma de valorização pessoal, maximização de recursos e desenvolvimento de redes informais (Portes, 1995). No entanto, o elo que mantém com experiências identitárias de classe e solidariedade é discutido com menos frequência. Refira-se, em particular, o nó, porventura tenso, que existe entre a relação desenvolvida com colegas de trabalho e o empreendedorismo. É sobre esta questão que nos debruçamos de seguida.

### **A relação com colegas de trabalho e o empreendedorismo**

Rita embarcou na “melhor coisa” da sua vida ao estabelecer um lar para crianças nos subúrbios de Amesterdão. Fê-lo após vários anos a tentar engravidar em vão, sem nunca ter tido experiência de trabalho com crianças. Alexandra, outrora cabeleireira no estado do Piauí, conheceu as longas jornadas de trabalho numa estufa e uma miríade de empregos temporários no setor da restauração até abrir a sua loja de flores. Naída está atarefada com o lançamento do seu próprio negócio de venda de artesanato de origem brasileira. Até agora o negócio funciona apenas de modo informal, embora a regularização faça parte dos planos a médio prazo, dependendo do sucesso financeiro que a iniciativa for colhendo.

Nos casos destas três mulheres, as experiências e as competências adquiridas no passado são basilares no percurso que as trouxe ao empreendedorismo, mas este percurso esteve longe de ser linear. Não se trata, aqui, de explorar competências a partir da situação de trabalho em que se encontravam, mas sim de explorar competências que as resgatem da situação de trabalho em que se encontravam,

marcada por precariedade, insatisfação e sentimento de desvalorização pessoal. Outro elemento em comum nas três trajetórias documentadas é a relevância dos maridos, holandeses, que desempenharam um papel decisivo a vários níveis: por um lado, apoiando a mulher nos labirintos administrativos e burocráticos que rodeiam a criação de um negócio, por outro lado assegurando a sua permissão de residência através da unificação familiar, o que aligeira de forma evidente a pressão para manter o trabalho por conta de outrem. O estatuto legal possui uma importância central. Como propõe Bridget Anderson (2009: 407), os controlos migratórios não devem ser entendidos como uma torneira que se abre e fecha de acordo com os interesses nacionais, mas antes como moldes que produzem certos tipos de relação no mercado de trabalho e no quadro geral da cidadania e das instituições sociais. Uma análise da lei migratória holandesa e da respetiva centralidade nas histórias de vida que sustentam esta comunicação excede o âmbito do presente trabalho, podendo ser lida numa publicação anterior (Abrantes, 2011a: 45-52).

A observação do empreendedorismo não se esgota no caso de imigrantes que estabelecem um negócio próprio em formato convencional. O que dizer então de Tomás, com a sua carteira de clientes para os quais presta serviços de limpeza, carteira que tem crescido desde a sua chegada há dez anos e sobreviveu a duas experiências de deportação? O que dizer de Sara, a residir na Holanda há dezassete anos, que acabou por conseguir financiamento para projetos de investigação e prosseguir estudos de doutoramento na sua área de formação académica (desenvolvimento e relações internacionais) após vários empregos no setor da indústria, nomeadamente numa oficina de impressão gráfica e numa padaria industrial? O que dizer, ainda, do percurso que Diana edificou desde os seus tempos de estudante de pedagogia, já em Amesterdão, até ao cargo de diretora de uma escola primária pública que detém aos 57 anos? Longe de reduzir o conceito de empreendedorismo à criação de um negócio, a análise deverá estar atenta a todas estas modalidades de empreendedorismo que brotam dos interstícios de trabalho dependente e independente, de trajetórias individuais e redes sociais. À luz desta reformulação, também o empreendedorismo no seu sentido mais clássico ganha, como se verá, contornos ligeiramente diferentes.

À primeira vista, pensar-se-ia que a resolução de imigrantes ao abandonar o trabalho por conta de outrem e estabelecer o seu próprio negócio seria um passo em direção a contextos de maior individualismo, de maior isolamento, de maior competição. Por sua vez, a pessoa que mantém o posto de trabalho por conta de outrem, segundo esta visão tradicionalista, permanece junto de colegas e desfruta de condições mais propícias a experiências de solidariedade e mobilização de classe. Este pressuposto peca de modo fatal por não levar em consideração as realidades quotidianas que se colocam a imigrantes no seu local de trabalho. Desde logo, destacam-se os casos, variados e numerosos, em que o trabalho por conta de outrem é desempenhado em circunstâncias de isolamento relativamente a eventuais colegas de trabalho. Esta situação pode abranger quem trabalha nos serviços domésticos, na prestação de

cuidados pessoais, na limpeza industrial, na investigação académica, num consultório médico ou numa empresa de *software*, para referir apenas os casos apresentados anteriormente. Por outro lado, é fundamental sublinhar as diversas fontes de tensão e de controlo que caracterizam os contextos laborais em que o trabalho é, efetivamente, desempenhado lado a lado. Dois aspetos distintos, embora entrelaçados, merecem relevo. Um deles é a generalização das estratégias corporativas de flexibilização, externalização e subcontratação de serviços, que impõem uma pressão contínua para satisfazer as condições que permitam a renovação de um contrato. Para imigrantes, a renovação do contrato pessoal de trabalho é um bem precioso para assegurar a permissão de residência, a reunificação familiar ou a aquisição de habitação própria. O outro aspeto remete para o sistema complexo de mecanismos de controlo, formais e informais, que parece ser essencial à manutenção diária das ramificações hierárquicas dessa mesma estrutura corporativa.

João é funcionário de limpeza num estabelecimento prisional. Para este fim, a administração prisional contrata os serviços de uma empresa multinacional que provou ser mais competitiva do que as outras empresas que concorreram ao concurso público; esta empresa, por sua vez, recorre a empresas de trabalho temporário, que competem entre si para disponibilizar uma força de trabalho eficiente e disciplinada aos menores custos possíveis. Este frenesim é apenas moderado por medidas de regulação e negociação coletiva a nível nacional, que limitam o número consecutivo de contratos a prazo e uniformizam as tabelas salariais. Mais desamparada talvez esteja Lili, que trabalha há dois anos na central telefónica de uma empresa multinacional através de uma agência de recrutamento, cujas normas determinam que a relação de trabalho pode ser terminada unilateralmente por qualquer uma das partes com um pré-aviso de 8 horas.

*“Noventa por cento [dos meus colegas] são estrangeiros. Incluso a minha chefe direta é estrangeira. Há poucos holandeses. Acho que nessa função há poucos holandeses. Os que estão, já estão há muito tempo. Não vale a pena mudar de função, porque estão em desvantagem no mercado de trabalho. Já com os seus quarenta, cinquenta anos, então preferem continuar na mesma função. Os que entram, os novos, são basicamente todos estrangeiros. [...] Eu tenho vários chefes, o que não falta são chefes. Tem mais chefe do que trabalhadores. No Brasil a gente fala: muito cacique para pouco índio! A gente tem três tipos de controlo: dois oficiais e um extra-oficial. Um oficial é o controlo direto, da minha empresa, que pode ser feito até diário, uma coisa mais extra-oficial. A polícia também faz o controlo deles, ou seja, se vê alguma coisa, se passa, reporta à empresa: «Olha, presta mais atenção nisto ou naquilo.» E você tem outra empresa, contratada, a terceira, que não é nem a polícia, nem a minha empresa, que faz um controlo a cada três meses. E a partir desse relatório, que é oficial, você mantém... por exemplo, se a polícia vai continuar com a empresa, ou se dá um bônus porque tá acima da média; bônus esse que o*

*trabalhador nunca vai ver, que vai direto para a empresa. A gente recebe o que tá estipulado no acordo nacional. Nem um centavo a mais. Isso assim é dividido, por exemplo, no final do ano, quando fecham o orçamento, o chefe, coordenador, ele sim, tem bônus. Os trabalhadores não.” (João)*

*“Eu sempre fico pensando assim, sabe, quando começa a dar-me uma coisa assim «Meu Deus, eu já estou aqui faz dois anos, eu vou morrer, eu vou matar alguém!», aí eu penso: «Oito horas, Lili!». Se você quiser sair, você avisa hoje e depois de amanhã você vai embora. Mas não, eu nunca faria isso. [...] Não é bem um contrato o que você tem com a agência. É estranho. É um papel que você assina que eles basicamente são donos de você. Se você vai trabalhar para uma empresa que eles te arranjaram emprego, que tudo é feito por eles, que eles pagam o salário, que eles ganham não sei quanto acima do que você faz, blá-blá-blá. Mas não é um contrato fixo, sabe? Não tem um tempo, não tem um período... Assinei faz sei lá quantos anos e nem olhei. Inclusive, eu tenho certeza que eu perdi.” (Lili)*

Tanto João e Lili como Maurício e Evaldo, também eles empregados em centrais telefônicas, condenam reiteradamente o caráter repetitivo das funções que desempenham e a falta de espaço para o desenvolvimento pessoal na empresa. Rita nunca se adaptou à hierarquia rígida e autoritária do hotel e do bar onde trabalhou antes de abrir o seu lar para crianças. Em todos estes locais de trabalho, a progressão na estrutura interna da empresa ao alcance das pessoas inquiridas significa assumir um cargo de supervisão e avaliação de colegas, algo que é visto com imensa relutância. No fundo, trata-se de aceitar uma redução significativa da qualidade da experiência diária de trabalho, com o aumento substancial da pressão e a emergência de conflitos duros com colegas, em troca de um incremento salarial mínimo sem garantia de estabilidade. Não se pense que as áreas de trabalho mais escolarizadas estão protegidas de tensões semelhantes: que o diga Paulo, cujos bônus salariais recentes por bom desempenho não o impedem de criticar a competição entre departamentos que caracteriza a companhia internacional de *software* onde trabalha e os critérios insondáveis segundo os quais o exército de colaboradoras e colaboradores é regularmente sujeito a ações seletivas de despedimentos e reformas antecipadas.

Mesmo em contextos laborais mais propícios à mobilização de classe, nomeadamente através da ação sindical, vários elementos desestabilizadores merecem sinalização. Quanto trabalhava numa organização para o desenvolvimento, Sara inscreveu-se no sindicato. Fê-lo “por um consenso de classe”, “para fazer parte de um coletivo maior”, “para que os empregadores não sejam os patrões da sociedade”. No entanto, perdeu o rasto à atividade sindical desde que começou a trabalhar como investigadora científica. Diana aderiu ao sindicato local de professores logo no início da sua carreira, a conselho do diretor de uma das primeiras escolas onde trabalhou.



“Eu sou membro de um sindicato porque eu acho que todo o mundo deve ser membro de um sindicato”, diz ela ao conversar com um sociólogo três décadas mais tarde, “mas muitas vezes o sindicato faz coisas que eu não estou de acordo.” Hoje titular do cargo de diretora de escola, é geralmente na posição de empregadora e em situações de conflito laboral que tem contacto com o sindicato.

Já Evaldo teve contacto com dirigentes sindicais quando trabalhava na receção de um hotel, posição que ocupou durante três anos. Confessa-se desapontado com a impotência da ação sindical perante a degradação drástica do ambiente de trabalho, que atingiu o seu auge quando o corpo de pessoal empregado no hotel, maioritariamente constituído por imigrantes, foi proibido por ordem superior de comunicar nas suas línguas nativas em qualquer momento da jornada de trabalho, devendo utilizar apenas o inglês. Já Portes (1995: 28) sinalizava o jogo tenso entre relações de poder e o uso de diversas línguas no quotidiano de nichos ocupacionais étnicos.

*“Quando mudou de chefe, a nova chefe era meio nazi. Ela me via como submundo. Então dava serviço para fazer, que eu tipo «Espera aí, eu não vou varrer calçada na rua, estou trabalhando na receção». «Não está acostumado a fazer isso no Brasil?» «Não, eu não limpo nem a minha casa, eu pago empregada.» [...] Então era realmente nazi, a mulher. Ninguém gostava, todo o mundo foi embora, e eu fui um deles. Trabalho escravo, hoje não! Brasil colónia terminou há muito tempo. [...] Como ela mesmo falou uma vez: «Porque tu tem que agradecer de a gente te dar a chance de trabalhar, já que no Brasil não consegue trabalho». «Hum?!» É. Mas muita gente aqui na Holanda pensa isso.” (Evaldo)*

Face a contextos laborais severamente individualizados, o empreendedorismo entendido nas múltiplas modalidades atrás mencionadas configura-se de forma nítida como um espaço de liberdade, não só no sentido de autonomia e valorização pessoal, mas também de ação coletiva e política. No âmbito do lar para crianças que mantém, Rita já completou vários cursos nos campos da pedagogia e da saúde pública, num novo percurso de profissionalização e reconhecimento institucional que a surpreendeu aos 40 anos de idade. Hoje mais do que nunca, está empenhada em prosseguir-lo. Este percurso é também o seu percurso para um trabalho no qual consegue encontrar um sentido a uma gratificação para lá de fatores pecuniários. As origens multiculturais das crianças que frequentam o lar de Rita e as dificuldades com as quais ela vê as respetivas mães e pais confrontar-se no quotidiano pessoal e profissional imbuem o projeto de um carácter marcadamente político. O caso de crianças que estão indocumentadas na Holanda assume especial relevo. Mas Rita não hesita em ir mais longe, disponibilizando-se – e, de facto, insistindo – para que algumas mães e pais sem possibilidade de pagar o serviço deixem as crianças com ela durante certas partes do dia quando isso evita que as crianças fiquem sozinhas

ou mal alimentadas. A única coisa que lamenta é não poder fazê-lo para mais famílias, considerando o número limitado de crianças que a dimensão da casa e a sua capacidade pessoal conseguem suportar em condições satisfatórias.

Por seu lado, Alexandra estabeleceu-se como florista após abandonar vários empregos no setor da restauração – numa célebre cadeia internacional de hamburguerias, depois numa esquadra da polícia, depois em escolas públicas, sempre através de empresas de trabalho temporário. A sua experiência de problemas associados a marcação de férias, tratamento desrespeitoso no local de trabalho ou articulação de responsabilidades profissionais com a prestação de cuidados ao filho é extensa. Apesar das jornadas diárias de 12 horas que faz com frequência na gestão da loja, a criação do emprego próprio permitiu-lhe ingressar num curso profissional de florista e envolver-se nas atividades da associação local de empresários, que tem entre os seus objetivos promover o comércio comunitário e resistir a estratégias monopolizadoras por parte de superfícies comerciais com maior investimento.

Por fim, importa sublinhar a potencialidade inerente à própria diversidade de experiências acumulada por imigrantes. O conhecimento e a sensibilidade que trazem dos países e ocupações por que passaram não é de subestimar. Neste sentido, a própria transitoriedade migrante figura como componente elementar da emergência de classes globais. Estamos, de forma circular, perante “a circunscrição geográfica mais do que evidente das novas classes globais de profissionais qualificados e a globalidade mais do que evidente da nova força de trabalho desfavorecida” (Sassen, 2007: 188). O caso de João é especialmente informativo a este respeito. Formado em relações internacionais em Brasília, chegou a iniciar estudos de doutoramento em Madrid. Perdeu a conta aos estabelecimentos turísticos e de restauração em que já trabalhou desde que deixou o Brasil. Como funcionário de limpeza num estabelecimento prisional em Haia, tornou-se um mobilizador sindical fervoroso, tendo participado no conturbado processo de negociação coletiva que, em 2008, motivou uma greve histórica e mediática do setor da limpeza. Deste processo acabou por resultar a estipulação de condições mais favoráveis de remuneração no setor a nível nacional. João tornou-se conhecido no local de trabalho como “o homem do sindicato”.

## **Conclusão**

A análise empírica desenvolvida neste artigo pretendeu estabelecer uma ponte entre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e o debate das classes globais emergentes. Trata-se de um campo de estudo recente, a exigir desenvolvimento com base em diversas escalas de observação e ferramentas metodológicas. Para lá da crítica já clássica relativamente à pouca atenção que as visões mais estruturalistas prestam à agência das populações migrantes, é urgente colocar as narrativas de

marginalidade no coração do debate e documentar a interação, ora suave, ora tensa, entre dinâmicas sistêmicas e a experiência localizada (Burawoy *et al.*, 1991; Gunewardena e Kingsolver, 2007). Deste empreendimento poderá resultar um conhecimento mais completo das novas classes globais, que Sassen (2007: 186) convida a encarar como forças sociais emergentes.

Do presente estudo, ressaltam os jogos ou desafios de identidades vividos por imigrantes nos contextos de trabalho. Para entender esta negociação, é necessário que a análise das trajetórias de classe de imigrantes considere tanto acontecimentos do passado como aspetos relativos ao futuro, isto é, perspectivas e anseios quanto ao que poderá vir a suceder. É interessante constatar a frequência com que as pessoas inquiridas nesta pesquisa, ao tentar aferir o grau e o modo de vinculação face à sua situação atual de trabalho e à relação com colegas, dão explicações com base em antecipações do futuro – do seu futuro pessoal, do futuro da empresa, do futuro da profissão. As dimensões de antecipação ou de possibilidade merecem assim protagonismo na análise, corroborando o argumento de Immanuel Wallerstein (1999: 24) quando escreve, em relação à ação coletiva, que “não, não é a opressão que mobiliza as massas, mas esperança e certeza – acreditar que o fim da opressão está próximo, que um mundo melhor é realmente possível.”

Assim, o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, a mobilidade de classe descendente e o empreendedorismo pode não só explicar a erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também oferecer sementes da sua reconstrução. As possibilidades de identificação coletiva e mobilização política em locais de trabalho que contam com uma mão-de-obra numerosa – hotéis, centrais telefónicas ou lojas de grande dimensão, entre outras – surgem, desde logo, toldadas por rotinas de controlo, precariedade e subcontratação. Outros contextos laborais (veja-se, por exemplo, o caso de Paulo, empregado numa companhia de *software*) concedem, é certo, condições práticas bastante diferentes. A contrapartida, porém, é a forte individualização quer do quotidiano de trabalho, quer da avaliação de desempenho por parte da entidade empregadora. Face a estas formas impostas de organização do trabalho ganham relevância os trajetos de autonomização – em particular, a criação de um emprego por conta própria que promete maior estabilidade do que o emprego por conta de outrem que se deixou – em setores tão distintos como a prestação de cuidados a crianças (Rita), o comércio (Alexandra e Naída), a limpeza (Tomás) ou a pesquisa académica (Sara). Tais trajetos, longe de implicar a negação de uma identidade de classe, podem propiciar – e quase requerer, como é descrito por Rita ou Alexandra – o envolvimento em processos coletivos de índole cívica e política. A aquisição de recursos críticos como tempo, energia e liberdade surge associada a reflexões e práticas de identificação com pessoas que passam por experiências semelhantes enquanto trabalhadoras ou imigrantes.

Argumentou-se a favor de um conceito de empreendedorismo suficientemente amplo para englobar a criação de emprego próprio e, não menos importante, determinadas formas de resistência e progressão profissional adotadas por imigrantes ao confrontar-se com condições de trabalho que consideram injustas ou inaceitáveis. Os casos documentados mostram como o empreendedorismo assim entendido, longe de representar um passo em direção ao isolamento de classe, pode constituir, pelo contrário, uma rota alternativa ao individualismo, à competição, à destruição mútua. Percursos de vida marcados por uma forte transitoriedade geográfica e ocupacional contêm também elementos propícios à solidariedade de classe.

## Notas

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste texto foi apresentada no II Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa, realizado no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, de 4 a 6 de junho de 2012. Agradeço o encorajamento e os comentários preciosos de Martha Montero-Sieburth, Marc van der Meer, Sara Falcão Casaca, Sarah van Walsum, João Peixoto, Beatriz Padilla e Pedro Abrantes, bem como as observações anónimas durante o processo de revisão da *Migrações*.

## Referências bibliográficas

- Abrantes, M. (2011a), *Borders: Opportunities and Risks for Immigrant Workers in Cities of the Netherlands*, Saarbrücken: Lambert.
- Abrantes, M. (2011b), “Trabalhadores imigrantes em tempos de flexigurança: um estudo de caso sobre brasileiros em cidades holandesas”, in Carrillo Flórez, F. e Malamud, A. (orgs.), *Migrações, Coesão Social e Governabilidade: Perspectivas Euro-latino-americanas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191-206.
- Abrantes, M. (no prelo), “You’re not there to make the world any cleaner: domestic services and knowledge societies”, *European Societies*.
- Anderson, B. (2000), *Doing the Dirty Work? The Global Politics of Domestic Labour*, Londres: Zed Books.
- Anderson, B. (2009), “What’s in a name? Immigration controls and subjectivities: the case of au pairs and domestic worker visa holders in the UK”, *Subjectivity*, vol. 29, n.º 1, pp. 407-454.
- Borjas, G. e Crisp, J. (2005), *Poverty, International Migration and Asylum*, Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Burawoy, M. et al. (1991) *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*, Berkeley: University of California Press.
- Burawoy, M. (1998), “The extended case method”, *Sociological Theory*, vol. 16, n.º 1, pp. 4-33.
- Casaca, S.F. e Peixoto, J. (2010), “Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione”, *Sociologia del Lavoro*, n.º 117, pp. 116-133.
- Castles, S. e Kosack, G. (1972), “The function of labour immigration in Western European capitalism”, *New Left Review* 1/73, pp. 3-21.

- Castles, S. e Kosack, G. (1985), *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*, Oxford: Oxford University Press.
- Costa, A. F. (2012), "Desigualdades globais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 68: 9-32.
- De Genova, N. (2002), "Migrant 'illegality' and deportability in everyday life", *Annual Review of Anthropology*, vol. 31, pp. 419-47.
- Ebbinghaus, B. e Visser, J. (orgs.) (2000), *Trade Unions in Western Europe Since 1945*, Basingstoke: Macmillan.
- Ehrenreich, B. e Hochschild, A.R. (orgs.) (2002), *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, New York: Owl Books.
- Esping-Andersen, G. (org.) (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres: Sage.
- Gunewardena, N. e Kingsolver, A. (orgs.) (2007), *The Gender of Globalization: Women Navigating Cultural and Economic Marginalities*, Santa Fe: School for Advanced Research Press.
- Hochschild, A.R. (2000), "Global care chains and emotional surplus value", in Will Hutton e Anthony Giddens (orgs.), *On the Edge. Living with Global Capitalism*, Londres: Jonathan Cape, pp. 130-46.
- Hyman, R. (2001), *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*, Londres: Sage.
- Kolarova, M. e Peixoto, J. (2009), *Sindicatos e Imigração em Portugal*, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo intercultural, Observatório da Imigração, 34.
- Lutz, H. (2002), "At your service madam! The globalization of domestic service", *Feminist Review*, n.º 70, pp. 89-104.
- Lutz, H. (org.) (2008), *Migration and Domestic Work: A European Perspective on a Global Theme*, Aldershot: Ashgate.
- Massey, D. et al. (2005), *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millenium*, Oxford: Clarendon Press.
- Miles, R. e Satzewich, V. (1990), "Migration, racism and 'postmodern' capitalism", *Economy and Society*, vol. 19, n.º 3, pp. 334-358.
- Näre, L. (2012), *Moral Economies of Reproductive Labour. An Ethnography of Migrant Domestic and Care Labour in Naples, Italy*, Helsinki: Swedish School of Social Science.
- Parreñas, R. S. (2001), *Servants of Globalization. Women, Migration and Domestic Work*, Stanford: Stanford University Press.
- Penninx, R. e Roosblad, J. (2000), *Trade Unions, Immigration, and Immigrants in Europe, 1960-1993: A Comparative Study of the Attitudes and Actions of Trade Unions in Seven West European Countries*, Nova Iorque: Berghahn Books.
- Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Migrações 2*: 19-46.
- Pinto, J. M. e Pereira, V. B. (orgs.) (2008), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Porto: Afrontamento.
- Piore, M. (1979), *Birds of Passage*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Piore, M. e Sabel, C. (1984), *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, Nova Iorque: Basic Books.
- Portes, A. (org.) (1995), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation.
- Portes, A. (1995), "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation, pp. 1-41.
- Reich, R. (1991), *The Work of Nations*, Londres: Simon & Schuster.
- Roberts, B. (1995), "Socially expected durations and the economic adjustment of migrants" in Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation, pp. 42-86.
- Santos, B. S. (2002), "Can law be emancipatory?", *Towards a New Legal Common Sense: Law, Globalization, and Emancipation*, Londres: Butterworths, pp. 439-93.
- Santos, B. S. (2006), "Globalizations", *Theory, Culture & Society* 23 (2): 393-99.
- Sassen, S. (1998), *Globalization and Its Discontents*, Nova Iorque: The New Press.
- Sassen, S. (1999), *Guests and Aliens*, Nova Iorque: The New Press.
- Sassen, S. (2005), "Digging in the penumbra of master categories", *The British Journal of Sociology* 56 (3): 401-3.
- Sassen, S. (2007), *A Sociology of Globalization*, Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Schmid, G. e Schömann, K. (2004), "Managing social risks through transitional labour markets: towards a European social model", Working Paper, Social Science Research Centre Berlin.
- Song, M. (2003), *Choosing Ethnic Identity*, Cambridge: Polity Press.
- Supiot, A. (2010), "A legal perspective on the economic crisis", *International Labour Review* 149 (2): 151-62.
- Wacquant, L. (2008), *Urban Outcasts. A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, Cambirdge: Polity Press.
- Wallerstein, I. (1999), *The End of the World as We Know It. Social Science for the Twenty-First Century*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Warhurst, C. and Dennis N. (2001), *Looking Good and Sounding Right: Style Counselling and the Aesthetics of the New Economy*, Londres: Industrial Society.
- Waterman, P. (2001), *Globalization, Social Movements and the New internationalisms*, Londres: Continuum.